

A falta de representatividade trans entre jornalistas: limites e cuidados em coberturas de temas ligados à transexualidade¹

Ana Caroline Wolff SALMÓRIA²

Gabriel Fornara FARIA³

Murilo Lemos BERNARDON⁴

Hendryo Anderson ANDRÉ⁵

Criselli Maria MONTIPÓ⁶

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná

RESUMO

A questão da transexualidade é um tema delicado, e ainda mal compreendido por parte da população brasileira. Sendo um país escasso em políticas públicas que acolham essa comunidade nos diversos setores da sociedade, o público trans sofre, especialmente, com o aspecto da empregabilidade. Segundo dados de 2020 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 4% da população trans no Brasil possui empregos formais com perspectiva de ascensão na carreira. Por sua vez, 90% dela se encontra na área da prostituição. Outra pesquisa realizada pela Antra, também em 2020, apontou que 70% das pessoas transexuais não concluíram o ensino médio e apenas 0,02% estão no ensino superior. O contexto mostra que há dificuldades estruturais para que esse grupo social se estabeleça em áreas de trabalho como o jornalismo. Caê Vasconcelos, um dos poucos jornalistas trans, se destaca pela atuação na área voltada à cobertura LGBTQIA+. Em entrevista à Tanya Velazquez, na *Latam Journalism Review*, sinaliza a ausência de organizações jornalísticas brasileiras específicas para pessoas trans. Segundo Vasconcelos, o foco do trabalho dele é criar mais apoio a jornalistas trans no Brasil e tornar os temas relacionados à transgeneridade mais difundidos no noticiário. Na entrevista à Velazquez (2022), ele antecipou que planeja lançar no final do ano a primeira agência de jornalismo feita apenas por pessoas trans no Brasil. Além disso, publicou, em dezembro do ano passado, o livro *Pessoas trans no mercado de trabalho* (Editora Dita, 2021). Outra presença trans no jornalismo é a cartunista Laerte, que trabalha na *Folha de S. Paulo* e aborda, em tiras, questões sobre transgeneridade, feminilidade e autodescoberta. Apesar dessas duas referências trans no mercado da comunicação, ainda é visível uma escassez de jornalistas transgêneros. Em estudo anterior, intitulado *Jornalismo e Diversidade: as representações da transexualidade na Folha de S. Paulo nos anos de 2010 e 2020* (MORVAN, et al, 2021), pesquisa conduzida por extensionistas do Núcleo de Comunicação e Educação Popular da

¹ Trabalho apresentado no IJ – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 16 a 18 de junho de 2022.

² Estudante do Curso de Jornalismo da UFPR. Email: anasalmoria@hotmail.com

³ Estudante do Curso de Jornalismo da UFPR. Email: gabrielfaria1@ufpr.br

⁴ Estudante do Curso de Jornalismo da UFPR. Email: murilobernardon@ufpr.br

⁵ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da UFPR. Email: hendryo@ufpr.br.

⁶ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UFPR. Email: criselli@gmail.com.

Universidade Federal do Paraná (NCEP), a participação de pessoas trans como autores, além de personagens, no jornal *Folha de S. Paulo* ainda é vista uma expressão pequena em autores autodeclarados transexuais no jornal. De todas as reportagens analisadas na pesquisa, apenas três possuem autores que se autodeclararam como pessoas trans (*ibid.*, 2021, p. 12). A investigação é centrada na análise de conteúdo de veículo jornalístico; uma busca por “pistas que desvendem os significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados” (HERSCOVITZ, 2008, p. 127). A partir desses dados iniciais, é possível confrontar conceitos e outros levantamentos públicos. Desenvolvido a partir de uma análise de conteúdo de 274 materiais jornalísticos publicados na *Folha de S. Paulo*, selecionados por palavras-chave como *transexualidade* e derivações, o estudo observou que mesmo com o passar dos anos ainda há uma demanda grande de tratar a transexualidade singularmente. Apesar de os dados terem mostrado que foram poucos jornalistas transgêneros declarados, as limitações metodológicas da própria análise de conteúdo não permitem identificar se houve outras pessoas trans assinando os materiais analisados, tendo em vista que não há necessidade de se declarar no momento em que assinam a autoria em textos jornalísticos. De todo modo, os dados indicam falta de representatividade trans no jornalismo, problemática que gera um ciclo delicado, em que a população transgênera é representada por uma mídia majoritariamente cisgênera. Assim, o jornalismo se debruça sobre um questionamento: quais cuidados e limites são necessários para cobrir temas ligados à comunidade trans de forma qualificada? É a partir dessa questão que delineamos como objetivo central compreender desafios para a cobertura qualificada de temas ligados à transexualidade. Por meio de revisão bibliográfica, buscamos problematizar conceitos como *lugar de fala*; a noção do jornalismo como espaço de mediação; e, por fim, a cobertura de temas invisibilizados. A presença da temática na mídia e sua abordagem qualificada são de grande relevância, tendo em vista os dados que evidenciam a transfobia e a violência cotidianamente. Conforme levantamento do Pulitzer Center, pelo menos 4.402 pessoas trans foram assassinadas entre janeiro de 2008 e setembro de 2021 em todo o mundo. O Brasil, por sua vez, lidera o ranking global de assassinatos de pessoas trans nos últimos 13 anos. De acordo com o Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021 (BENEVIDES, 2022), foram registrados 140 assassinatos de pessoas trans no país — o número é menor do que o de 2020 (175 assassinatos), mas é maior do que o de 2019 (124 óbitos). Também está acima da média de 123,8 homicídios por ano, no período compreendido entre 2008 e 2021 (que representa 12 vezes a taxa de mortes violentas considerada tolerável pela Organização das Nações Unidas); o ano de 2021 representa um aumento de 141% em relação a 2008 — cabe ressaltar que esse dado não indica, obrigatoriamente, que a conjuntura de violência era menor em 2008. Ao mesmo tempo em que pessoas trans são frequentemente agredidas e assassinadas no país, a violência contra jornalistas aumenta, como demonstra o *Relatório da Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa*, divulgado anualmente pela Federação



Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Outro indicativo que pode ajudar a refletir sobre a questão é de que o Brasil está entre os dez países que mais agriem e matam comunicadores no mundo (FENAJ, 2021). Desse modo, a discussão sobre lugar de fala torna-se pertinente, visto que o conceito foi trazido para o campo da comunicação em proximidade com os públicos de jornais populares ou de referência que, conforme Amaral (2005), falam de lugares diferentes e concedem espaços diversos às falas de fontes e leitores. Para Ribeiro (2019), discutir lugar de fala é refletir sobre os lugares sociais dos grupos, o que implica, também, compreender posições sociais e capitais simbólicos, que configuram lugares estabelecidos socialmente a partir de poder e controle. A autora destaca que não há uma epistemologia determinada sobre o termo. Surge construída coletivamente, a partir das discussões sobre o ponto de vista feminista, nos estudos sobre diversidade, na teoria racial crítica e no pensamento decolonial. Portanto, o lugar social ocupado por determinados grupos restringe experiências e conforma percepções e consciências. Sobre a cobertura especializada e que contemple o lugar de fala de pessoas transexuais, os dados mostram não somente a exclusão da comunidade trans sob o olhar da mídia hegemônica, mas também o fechamento da esfera pública da imprensa para a participação de pessoas trans nas redações — consequência da marginalização que é anterior à entrada no mercado de trabalho: dados relativos a 2017 apontam que 72% de travestis e mulheres trans não concluíram o ensino médio e apenas 0,02% dessa população tem ensino superior (BENEVIDES, 2018). A análise do contexto de invisibilização dessa população revela uma lacuna não ocupada por transgêneros, no mercado de trabalho do jornalismo. Portanto, a ausência de pessoas trans ocupando espaço no jornalismo pode invisibilizar narrativas. Compreendemos, desse modo, que jornalistas possuem lugares de fala distintos, o que não interdita a voz de tais interlocutores, mas pode implicar desconhecimento de vivências, o que pode gerar violências simbólicas. Como constatou-se anteriormente (MORVAN, et al, 2021), há a necessidade de estabelecer um olhar mais político e de comum acordo com as demandas da comunidade trans, algo que pode resultar na pluralização dos debates sobre questões de gênero. Observa-se, assim, a necessidade de se ampliar o espaço de jornalistas trans em veículos jornalísticos — como agentes de uma cobertura que pode ser mais precisa e mais engajada tendo em vista o lugar de fala de repórteres envolvidos. Com esta ação reflexiva, o objetivo do NCEP é desenvolver caminhos, em parceria com o transgrupo Marcela Prado — uma organização atuante em Curitiba que busca a promoção e defesa dos direitos humanos de travestis e transexuais —, para o fortalecimento de discursos e reivindicações de direitos da comunidade LGBTQIA+ dentro da mídia, como agentes da informação, considerando também questões de classe e raça que integram as discussões de temas invisibilizados. A produção de uma reportagem especial, do tipo *longform*, baseada nas vivências das mulheres integrantes do grupo Marcela Prado é uma das propostas do projeto extensionista que visa fomentar a discussão acerca do tema, por meio da divulgação de informações relevantes ao debate e da publicação de depoimentos das próprias mulheres. A partir do recolhimento desses depoimentos, para posterior publicação, os

extensionistas do NCEP almejam, em certa escala, apresentar soluções compensatórias para o embate acerca da noção de lugar de fala, o que pode ser alcançado por meio da promoção do acesso dessa população historicamente marginalizada ao espaço de protagonismo dentro dos meios de comunicação. Visto que o gênero reportagem caracteriza-se como o mais rico dentro do jornalismo (COIMBRA, 1993; LAGE, 2014; MEDINA, 2003), é possível abordar essas questões de forma ampla e abrangente, realizando um trabalho consciente e efetivo. Experiências e representações são necessárias para a apreensão de realidades, o que não é diferente no caso das pessoas trans.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo; transexualidade; representatividade; lugar de fala

REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia Franz. Lugares de fala: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa. **Revista Contracampo**, n. 12, 2005, p. 103-114.

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BENEVIDES, Bruna. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. ANTRA, 2018.

BENEVIDES, Bruna. **Nota pública da Antra sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas trans**. ANTRA, 2020.

COIMBRA, Oswaldo. **O texto da reportagem impressa**: um curso sobre sua estrutura. São Paulo: Ática, 1993.

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas. **Relatório da Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa**, 2021.

HERSCOVITZ, Heloísa. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: 2010. p. 123-142.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.



INTERCOM Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Balneário Camboriú - SC – 16 a 18/06/2022

MORVAN, Izabela (et al). Jornalismo e Diversidade: as representações da transexualidade na Folha de S. Paulo nos anos de 2010 e 2020. In: **Anais 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Coleção Feminismos Plurais – Selo Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019.

VELAZQUEZ, Tanya. **Jornalistas transgênero no Brasil buscam mais representatividade para a comunidade trans**. Latam Journalism Review, 2022.